



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Quarta-feira, 30 de abril de 2025 às 11:08, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 7182716: TERMO DE FOMENTO Nº 008/2025/FIA/CMDCA

ENTIDADE

Prefeitura Municipal de Brusque

MUNICÍPIO

Brusque



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:7182716>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA



TERMO DE FOMENTO

008/2025/FIA/CMDCA

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BRUSQUE





TERMO DE FOMENTO Nº 008/2025/FIA/CMDCA

Termo de Fomento entre o **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, POR INTERMÉDIO DO **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL **OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BRUSQUE (OSB BRUSQUE)**, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, nº 77, bairro Centro, CEP 88.350-051, na cidade de Brusque/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. ANDRÉ VECHI**, , doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado, **OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BRUSQUE (OSB BRUSQUE)**, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ sob nº 13.572.365/0001-32, com sede na cidade de Brusque/SC, rua Avenida Cônsul Carlos Renaux, nº56, Sala 1004, bairro Centro, doravante denominada **OSC**, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. EVANDRO CARLOS GEVAERD**, celebram entre si o presente **TERMO DE FOMENTO**, decorrente do Edital de chamamento público nº 002/2025/CMDCA, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, do Decreto Municipal nº 7.954, de 27 de abril de 2017 e demais legislações pertinentes, conforme Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PLANO DE AÇÃO, E PLANO DE APLICAÇÃO

Parágrafo Primeiro. O presente Termo de Fomento tem por objeto a oferta do Projeto Era Uma Vez, Uma Semente do Bem em: Cidadania Todo Dia, – Formato Presencial para alunos do 1º ao 5º anos dos Anos Iniciais e do Pré I e Pré II da Educação Infantil de 29 (vinte e nove) escolas da rede pública do município de Brusque, visando à consecução de finalidade de interesse público e recíproco, conforme especificações



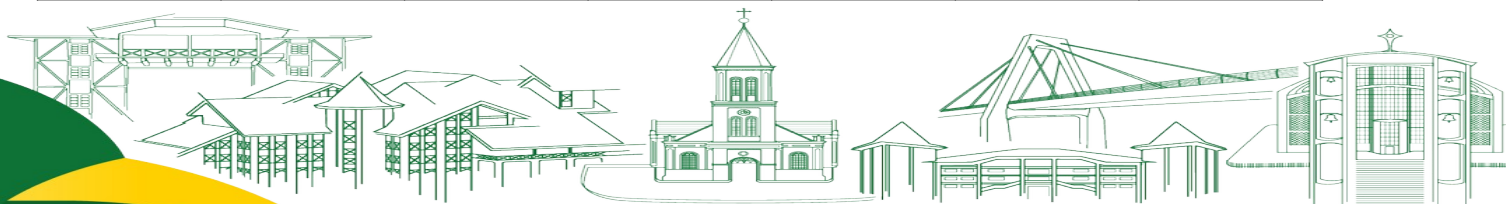


estabelecidas no plano de trabalho, através dos Recursos Financeiros do FIA – Fundo Municipal para Infância e Adolescência.

Parágrafo Segundo: Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, conforme segue:

PLANO DE TRABALHO

Objetivo Específico	Meta	Ação	Prazo (início e fim)	Indicador	Meio de verificação	Responsável
1. Selecionar narrativas infantis com conteúdo sobre cidadania voltadas para o público definido com a formação de combos de histórias: Combo 1 – alunos do 1º ao 3º ano (3 histórias); Combo 2 – alunos de 4ºs e 5ºs anos (3 histórias); Combo 3 – alunos do Pré I e Pré II (2 histórias).	1.1 Selecionar as narrativas	Selecionar as narrativas dos Combos 1, 2 e 3 conforme temática (Cidadania) e faixa etária.	01/05/2025 a 23/05/2025	Número total de histórias por combo: Combo 1 (3), Combo 2 (3), Combo 3 (2).	Lista de histórias por Combo.	Consultora Pedagógica em Educação Fiscal e Cidadania e Contador de Histórias
	1.2 Adquirir dos materiais do Kit Pedagógico	Compra e recebimento dos materiais do Kit Pedagógico.	01/05/2025 a 31/05/2025	Lista de itens orçados e lista de itens adquiridos	Lista final de itens adquiridos	Assessoria em Gestão e Consultora Pedagógica em Educação Fiscal e Cidadania
2. Realizar contação de história das narrativas selecionadas de forma reflexiva e interativa, separadas conforme Combos de narrativas - Combo 1 (alunos do 1º ao 3º ano), Combo 2 (alunos de 4ºs e 5ºs anos), Combo 3 (alunos do Pré I e Pré II) – com a utilização de objetos de cena adequados, sem o apoio da leitura dos livros.	2.1. Agendar as execuções com contato direto com os(as) diretores(as) ou coordenadores das escolas que atendem do 1º ao 5º dos Al.	Agendar o programa nas escolas que atendem do 1º ao 5º dos conforme meta mensal estabelecida.	01/05/2025 a 30/11/2025	Número de agendamentos	Número total de agendamentos por mês.	Consultora Pedagógica em Educação Fiscal e Cidadania
	2.2 Agendar as execuções com contato direto com os(as) diretores(as) ou coordenadores das nas escolas com turmas do Pré I e Pré II da EI.	Agendar o programa nas escolas que atendem o Pré I e Pré II da EI conforme meta mensal estabelecida.	01/05/2025 a 30/11/2025	Número de agendamentos	Número total de agendamentos por mês.	Consultora Pedagógica em Educação Fiscal e Cidadania
	2.3 Executar o programa em escolas que atendem do 1º ao 5º dos Al.	Beneficiar todas as turmas de alunos do 1º ao 5º dos Al das escolas beneficiadas pelo programa.	22/05/2025 a 30/11/2025	Indicador global de execução.	Número de escolas e turmas.	Consultora Pedagógica em Educação Fiscal e Cidadania, Contador de Histórias.
	2.4 Executar o programa em escolas que atendem o Pré I e Pré II da EI	Beneficiar todas as turmas de alunos do 1º ao 5º dos Al das escolas	23/05/2025 a 30/11/2025	Indicador global de execução.	Número de escolas e turmas.	Consultora Pedagógica em Educação Fiscal e Cidadania, Contador de





	conforme meta mensal estabelecida.	beneficiadas pelo programa.				Histórias.
3. Entregar para cada escola participante, como objeto representativo do programa e forma de estimular a leitura, uma almofada com a frase "Pense e escolha suas atitudes" e a logo do programa a ser utilizada, como sugestão, em local de prática de leitura, por exemplo, biblioteca, "cantinho" da leitura" em sala de aula e/ou em local adequado definido pela escola.	3.1 Entregar 1 objeto representativo do projeto (almofada) para cada escola participante.	Efetuar a entrega após a execução do programa em cada escola beneficiada.	22/05/2025 a 30/11/2025	Número de escolas participantes	Número de objetos entregues e número de escolas.	Contador de Histórias
4. Realizar pesquisa de satisfação/ avaliação com cada escola participante após a execução do programa (formulário on-line).	4.1 Enviar formulário online de pesquisa de satisfação/ avaliação para todas as escolas participantes.	Realizar o envio do formulário após a última execução do programa em cada escola beneficiada.	22/05/2025 a 03/12/2025	Número de envio de formulário de satisfação/ avaliação).	Número de escolas beneficiadas.	Consultora Pedagógica em Educação Fiscal e Cidadania.

Itens de despesa		Valor Total (\$)
Quant.	Custeio	
01	Recursos humanos: Consultora Pedagógica em Educação Fiscal e Cidadania.	R\$ 10.400,00
01	Recursos Humanos: Assessora em Gestão.	R\$ 8.800,00
01	Recursos Humanos: Contador de Histórias.	R\$ 17.727,00
29	Objeto representativo: almofada com a frase "Pense e escolha suas atitudes" e logo do programa.	R\$ 1.737,10
01	Kit Execução: Figurino - colete masculino.	R\$ 369,00
01	Kit Execução - Figurino - Camisa.	R\$ 149,98
01	Kit Execução - Figurino - Cadarço Colorido.	R\$ 32,50
01	Kit Execução - Maquiagem.	R\$ 315,09





	Investimento	
Não se aplica	Não se aplica	
Total Geral (solicitado FIA):		R\$ 39.530,67

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

1ª Parcela Mai/2025	2ª Parcela Jun/2025	3ª Parcela Jul/2025	4ª Parcela Ago/2025	5ª Parcela Set/2025	6ª Parcela Out/2025	7ª Parcela Nov/2025	8ª Parcela Dez/2025
R\$ 7.020,67	R\$ 4.788,00	R\$ 4.097,00	R\$ 5.479,00	R\$ 5.479,00	R\$ 4.788,00	R\$ 5.479,00	R\$ 2.400,00

Parágrafo Terceiro: Excepcionalmente, admitir-se-á a **OSC** propor a reformulação do Plano de Trabalho, sendo vedada a mudança de objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

II – Por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, supervisionar, acompanhar, e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela **OSC** em decorrência desta parceria;

III – Analisar as prestações de contas apresentadas e emitir pareceres;

IV – Comunicar à **OSC** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

V – Receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Plano de Trabalho e do Termo de Fomento;

VI – Designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014;

VII – Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a **OSC** deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou





pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à **OSC** e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014;

VIII – Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

I – Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste Termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pelo Município, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento;

II – Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

III – Manter e movimentar os recursos financeiros em conta bancária específica, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

IV – Permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento in loco e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

V – Apresentar, em até 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento, ao **MUNICÍPIO**, prestação de contas, conforme especificado na Cláusula Nona deste termo, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados conforme previsto no Plano de Trabalho;

VI – Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos





de recursos oriundos da presente parceria;

VII – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, restituir ao Município os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

VIII – Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

IX – Manter e movimentar todos os recursos na conta bancária específica da parceria, inclusive no caso de contrapartida financeira da **OSC**;

X – Realizar aplicação dos recursos em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade (Art. 38 §2º do Decreto Municipal 7954/2017);

XI – Realizar a devolução do saldo não utilizado de cada parcela e encaminhar o comprovante de devolução juntamente aos demais documentos da prestação de contas.

XII – Divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da **OSC** e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019, de 2014;

XIII – Submeter previamente ao Município qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas.

CLÁUSULA QUARTA – DO GESTOR DA PARCERIA

Em cumprimento do disposto na alínea “g” do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, fica designado o servidor **VOLNEI MONTIBELLER** como gestor da presente parceria.

CLÁUSULA QUINTA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea “h” do artigo 35 da Lei Ordinária nº





13.019, de 31.07.14, a Comissão de Monitoramento e Avaliação realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.

CLÁUSULA SEXTA – DAS IRREGULARIDADES

Qualquer irregularidade concernente às Cláusulas desta parceria será oficiada à Secretaria de Desenvolvimento Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que deliberará quanto à implicação de suspensão e demais providências cabíveis.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre os colaboradores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

Este termo de fomento terá a vigência a partir da data de assinatura, com término previsto para 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) dias, após manifestação por escrito do titular da Secretaria de Desenvolvimento Social, posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Parágrafo Único – Em caso de prorrogação, será indicado nos termos aditivos, os créditos e empenhos para sua cobertura, em consonância com a atual legislação.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do projeto previsto neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos no valor total de **R\$ 39.530,67 (trinta e nove mil e quinhentos e trinta reais e sessenta e sete centavos)**, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, fracionado em **8 (oito) parcelas mensais**, sendo a **1ª parcela no mês de maio**, no valor de **R\$ 7.020,67 (sete mil e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, sendo a **2ª parcela no mês de junho**, no valor de **R\$ 4.788,00 (quatro mil e setecentos e oitenta e oito reais)**, sendo a **3ª parcela no mês de julho**, no valor de **R\$ 4.097,00 (quatro mil e**





noventa e sete reais), sendo a 4ª parcela no mês de agosto, no valor de R\$ 5.479,00 (cinco mil e quatrocentos e setenta e nove reais), sendo a 5ª parcela no mês de setembro, no valor de R\$ 5.479,00 (cinco mil e quatrocentos e setenta e nove reais), sendo a 6ª parcela no mês de outubro, no valor de R\$ 4.788,00 (quatro mil e setecentos e oitenta e oito reais), sendo a 7ª parcela no mês de novembro, no valor de R\$ 5.479,00 (cinco mil e quatrocentos e setenta e nove reais), sendo a 8ª parcela no mês de dezembro, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). Através de depósito bancário no **SICOOB MAXICRÉDITO, AGÊNCIA 3069, CONTA-CORRENTE N° 331.712-9**, utilizada pela **OSC** exclusivamente para execução da presente parceria;

A rubrica orçamentária utilizada será do Fundo Municipal para Infância e Adolescência – FIA: 33.02-2234-3350-175970030000.

Parágrafo Primeiro: O repasse será efetuado até o quinto dia útil e após a publicação do extrato do Termo de Fomento.

Parágrafo segundo. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA NONA – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A **OSC** prestará contas ao **MUNICÍPIO**, em conformidade com a instrução normativa N.TC-33/2024, sobre a destinação ou emprego dos recursos recebidos.

Parágrafo Primeiro. A prestação de contas terá um prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a ser respeitado, posterior ao repasse, devendo conter a documentação comprobatória (via original) da aplicação dos recursos recebidos, a partir dos seguintes documentos:

Documentos necessários
1) Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da OSC beneficiária e pelo tesoureiro;
2) Processo de concessão dos recursos (Cópia do termo de fomento);
3) Declaração do Recebedor do Recurso;
4) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço e todos os demais





elementos necessários à perfeita comprovação da execução.
5) Parecer do Conselho Fiscal da OSC, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
6) Extratos bancários da conta corrente vinculada, com a movimentação completa do período;
7) Extrato da aplicação financeira, com o rendimento líquido;
8) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
9) Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas (Nome, CPF, assinatura);
10) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
11) Certidão negativa Municipal, Estadual e Federal; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial; Certidão negativa de regularidade de situação junto à Previdência Social (CND) – (CNDT) e FGTS (CRF), relação nominal das crianças e adolescentes atendidas.
12) Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

Parágrafo Segundo. As prestações de contas serão apresentadas por meio digital, no portal de serviços do município (<https://brusque.atende.net>), e cópia física entregue na Secretaria de Desenvolvimento Social.

Parágrafo terceiro. Apresentada a prestação de contas, será emitido parecer com análise referente à execução física, cumprimento dos objetivos e da correta e regular aplicação dos recursos da parceria.

Parágrafo Quarto: Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência da parceria.

Parágrafo Quinto: Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração, bem como de aquisição de bens permanentes.

Parágrafo Sexto: A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, ou a sua não aprovação, importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.





Parágrafo Sétimo: A responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da **OSC** e ao adimplemento do Termo de Fomento é exclusiva da **OSC**, e não se caracteriza responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA COLABORAÇÃO.

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo da Secretaria de Desenvolvimento Social, órgão municipal responsável pela execução Política de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão responsável pela execução da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

Parágrafo Primeiro: Fica assegurado o livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO

A **OSC** compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo **MUNICÍPIO**, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- a) A inexecução do objeto desta parceria;
- b) Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.





CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

A presente parceria poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas Cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

Parágrafo Primeiro: Quando da denúncia, rescisão ou extinção da parceria, caberá a **OSC** apresentar ao **MUNICÍPIO** no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

Parágrafo Segundo: É prerrogativa do **MUNICÍPIO**, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo Terceiro: Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia desta parceria fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do **MUNICÍPIO**, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para fins de execução deste Termo de Fomento, **Município** e **OSC** obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.





Parágrafo primeiro. Em relação à LGPD, cada Partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

Parágrafo segundo. Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o Partícipe responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro Partícipe, apresentando, no mínimo, as seguintes informações: (i) a descrição dos dados pessoais envolvidos; (ii) a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e (iii) quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

Parágrafo terceiro. **Município e OSC** se obrigam a, após o encerramento deste instrumento e/ou após o exaurimento das finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados, o que vier primeiro, deletar e/ou destruir todos os documentos e informações recebidas do outro Partícipe contendo os dados pessoais fornecidos, sejam em meios físicos ou digitais, eliminando-os de seus arquivos e banco de dados, podendo ser mantidos os dados pessoais necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e/ou para o uso exclusivo do Partícipe, mediante a anonimização dos dados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Brusque para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Termo de Fomento.

E, por estarem de acordo com as Cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo de fomento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.





Brusque, 29 de abril de 2025.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
ANDRÉ VECHI
Prefeito de Brusque

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
VOLNEI MONTIBELLER
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BRUSQUE (OSB BRUSQUE)
EVANDRO CARLOS GEVAERD
Presidente

